

## Coluna do Castello

### Uma mudança sem estratégia



O plenário da Assembléia Nacional Constituinte pode mudar muita coisa do projeto da Comissão de Sistematização. Menos, todavia, o mandato do presidente da República, fixado em quatro anos, para atender a impaciência popular com o governo, a pressão dos políticos que haviam prometido ao povo uma eleição direta e para corresponder a uma aspiração das elites brasileiras pela introdução de um novo sistema de governo que tentasse pôr fim ao caudilhismo e ao militarismo que assinalaram esses quase 100 anos de governo republicano.

A responsabilidade do sr José Sarney nessa decisão tomada pelos que souberam arrebataram o controle da Constituinte começa pela timidez com que geriu uma transição inspirada pelo PMDB e por este balizada. Ele poderia ter-se libertado dessa ingerência se ousasse dirigir-se à Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, propondo-lhe como objetivo comum definir o desfecho da transição com a convocação de eleição direta para presidente da República tão logo fosse promulgada a Constituição. Seu segundo erro foi definir por conta própria a duração do seu mandato, fato que não estava técnica nem politicamente ao seu alcance. E finalmente tentar desarticular a base em que teoricamente se apoiava para suplantar resistências políticas, cindindo o PMDB e formando uma nova maioria, individualizada, para suplantar o domínio centro-esquerdista da Constituinte, obtendo dela diretamente o que os partidos lhe negavam. Essa maioria era também uma quimera.

Finalmente, errou o presidente quando apelou para os governadores que, com exceção de um voto, defenderam sua pretensão de ter um mandato de cinco anos e manter o sistema presidencialista de governo. O presidente, que não teve quem travasse por ele, na executiva do PMDB, a batalha contra o comando habilidoso do sr Ulysses Guimarães, esnobou o apoio dos governadores, que lhe pareceu entrecortado por vírgulas excessivas, e abandonou seu projeto de reforma administrativa e ministerial em troca de uma transação na qual dividiu com o presidente do PMDB as pastas disponíveis, mantendo o PFL em *statu quo*. Seu caminho teria sido a negociação com os parlamentaristas, já então nitidamente majoritários na Constituinte e desejosos de articular uma transição de sistema de governo complementar da transição geral do regime autoritário para o regime democrático. Ele desafiou em vão os partidos e deitou fora o apoio dos

governadores, que agora ajudaram a desalojá-lo dos cinco anos.

A situação hoje é a seguinte: o presidente tem um mandato de quatro anos e no próximo novembro teremos eleição direta de presidente da República para resgatar o compromisso do PMDB com o eleitorado. Acontece que a Comissão de Sistematização, adotando o sistema parlamentarista, tornou a direta-já (não tão já assim) de 1988 numa farsa. Trata-se de eleger um presidente destituído dos poderes presidenciais, transferidos em boa hora para o gabinete oriundo da Câmara dos Deputados. A eleição direta do presidente da República nasceu na França da necessidade de submeter-se a V República ao gigantismo do general De Gaulle, que impôs à ensandecida estrutura política do seu país uma liderança nacional incontrastável para salvar a França da guerra interna. Desaparecida a figura de De Gaulle, o parlamentarismo francês volta ao natural e retoma o prestígio da sua mecânica institucional; enquanto desfalece o poder dos presidentes que mal contêm nas próprias mãos os poderes herdados do seu imponente imperador.

O plenário da Constituinte, sob a influência dos governadores que aí lutarão em causa própria, e dos comandantes militares, infensos ao parlamentarismo, poderá virar a mão e voltar ao presidencialismo. Essa pode ser uma tendência, lamentável contudo na medida em que aborta a eclosão de um sistema democrático de governo que tentasse corrigir a incompetência crônica da República que herdamos de um golpe militar e do mimetismo institucional que impôs a todo o continente o modelo governamental dos Estados Unidos.

Enfim, a redução do mandato do sr José Sarney, atendendo a circunstâncias conhecidas, não flui de uma estratégia política apta a transformar a transição numa revisão coerente das instituições nacionais. Ela se insere numa continuidade de atos gratuitos (sem prejuízo da sua reconhecida motivação) com a qual a Comissão de Sistematização alterna medidas progressistas com concessões demagógicas, por demais analisadas, a última das quais a criação do estado de Tocantins em troca de um voto certo contra o presidente da República. O sistema parlamentarista está aprovado mas seu destino está comprometido com uma eleição cujo tema de guerra será o restabelecimento do presidencialismo, desejado por quantos têm no momento condições de disputar o Palácio do Planalto para mantê-lo como sede do poder federal.

O Centrão fará algumas mudanças no texto até aqui aprovado, mas não estão na linha dos seus compromissos a duração do mandato presidencial nem o sistema de governo. Conservador, é possível que queira restaurar o presidencialismo. Tanto faz uma coisa como outra, pois o parlamentarismo vitorioso pelas mãos do senador Afonso Arinos é o próximo alvo dessa República que continuará tão instável sob Sarney ou sob o PMDB, vítimas ambos de uma irreversível rejeição popular.

Carlos Castello Branco